

A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E SUAS DIFICULDADES E POSSIBILIDADES PARA AUTOGESTÃO: OBSERVAÇÕES A PARTIR DE UM ESTUDO EM UMA EMPRESA RECUPERADA

Organização do Trabalho

Elízia Priscila Souza de Oliveira – UEFS – prisma@uefs.br

José Raimundo Oliveira Lima – PPGEduc/UNEB; UEFS - -zeraimundo@uefs.br

Valbert Mansur Neto - UEFS

Resumo

A economia popular solidária tem sido um amparo para trabalhadores à margem do mercado formal de trabalho. Seus princípios tem embasado outra lógica produtiva e um processo educativo que os move ao desfazimento das relações hierarquizadas impostas pelo modo de produção capitalista. O objetivo deste estudo é refletir sobre o processo de autogestão enquanto princípio fundamental da economia popular e solidária que norteia a condução das empresas recuperadas pelos trabalhadores. Além de discutir esta economia com base nos seus princípios fundamentais e fazer uma reflexão sobre a autogestão, apresenta-se o resultado de um estudo numa empresa recuperada. A tônica da entrevista semi-estruturada circunda sobre a temática da autogestão, com contribuições ao processo de incubação de alguns grupos de trabalhadores que veem no cooperativismo, na solidariedade e na autogestão uma forma de organização do trabalho, democrática e motivadora, para enfrentar as dificuldades em participar do processo produtivo como agente protagonista.

Palavras-chave: Autogestão; Solidariedade; Empresas Recuperadas.

1. Considerações Iniciais

O debate sobre economia popular e solidária tem aparecido com uma relevância cada vez maior, quando se observa os resultados do grande número de falências de empresas e de pessoas desempregadas que conseguiram melhorar suas rendas e suas vidas a partir dessa alternativa socioeconômica, além de possibilitar a construção de outra relação social tendo em vista as diversas dimensões de abrangência da atuação desta economia.

Desta forma, deve-se ter em consideração que os caminhos que levam ao processo econômico popular e solidário vão ao encontro, necessariamente, da lógica capitalista, entretanto, existem resultados consideráveis sem que tenha ocorrido o choque entre modelos produtivos na perspectiva de outro sistema socioeconômico, esperado por muitos. Historicamente, alguns autores defendem que a economia popular solidária seria uma resposta ao capitalismo, ou uma alternativa a este modo de produção. Não se pode afirmar isso categoricamente, nem prever em quanto tempo uma transformação dessa natureza pode ocorrer, entretanto, trata-se, apesar de raízes históricas nas primeiras atividades produtivas do homem, especialmente, de um fenômeno de contornos organizativos emergentes na

contemporaneidadeⁱ, cuja orientação, mediada por um processo educacional popular, de uma forma contrária ao modelo de educação tradicional, bancária, pode, certamente causar impactos de economia política, acentuando-se como um movimento representativo da classe trabalhadora.

Diante do exposto, faz-se a seguinte indagação: quais as dificuldades e possibilidades da autogestão a partir das atividades desenvolvidas em uma empresa recuperada?

Estas e outras questões são elementos de reflexão neste texto, que tem como objetivo fazer uma análise sobre o processo de autogestão, enquanto princípio fundamental da economia popular e solidária, que norteia a condução das empresas recuperadas administradas pelos trabalhadores.

O processo de organização desse estudo tem como pano de fundo as discussões na disciplina Política e Programação Econômica, do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Feira de Santana-Ba, bem como o debate sobre a autogestão na equipe de pesquisa e extensão do Programa Incubadora de Empreendimentos Populares Solidários da mesma Universidade. Desta forma, neste estudo, além das considerações iniciais, discute-se a economia popular e solidária com base nos princípios fundamentais proferidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), faz-se uma reflexão sobre a autogestão e apresenta-se o resultado de um estudo numa empresa recuperada onde a tônica da entrevista semi-estruturada circunda a temática da autogestão.

A entrevista foi estruturada a partir das discussões que embasam este texto, especialmente, no que se refere à autogestão dentro da economia popular e solidária. A empresa pesquisada localiza-se em Simões Filho, região metropolitana de Salvador e conta com um quadro de cooperados de 28 (vinte e oito) componentes. Fez-se uma visita ao ambiente da empresa no intuito de observar as relações, as rotinas, além de observar o processo de trabalho. Direcionou-se a entrevista à presidenta da cooperativa, tendo em vista a sua representatividade, haja vista ter sido eleita por unanimidade entre seus pares. Ressalte-se que este artigo origina-se de um recorte realizado a partir de um trabalho monográfico de final de curso da graduação.

2. Economia solidária: conceitos, fundamentos e processo histórico da autogestão

A economia solidária, a despeito dos termos economia social, socioeconômica, economia do trabalho, economia popular e solidária, humano economia que também são utilizados para conotar suas idéias, é representada por uma corrente de pensamento que não

aceita a convivência sem conflitos com o modo de produção capitalista. A maioria dos conceitos compreende a economia popular e solidária como outra possibilidade de organização sócio produtiva, ou seja, outro modelo de desenvolvimento que consiste numa articulação integral de diversas dimensões: social, ambiental, cultural, política, educacional e econômica, não permitindo limitar suas ações apenas a perspectiva de mercado que tem reduzido todo movimento produtivo a dinâmica entre ofertantes (unidades de produção) e demandantes (unidades de consumo), conforme apregoa a teoria econômica neoclássica.

A competição é algo que está intrínseco ao modo de produção capitalista, sobre esta perspectiva, só os melhores sobrevivem e muitas pessoas ficam à margem dessa situação, pois não há espaço para que todos possam vencer. Isso explica porque o capitalismo produz tantas desigualdades, enquanto uns podem acumular capital, outros acumulam dívidas, ficam sem emprego e sem renda.

A Economia Solidária não vai apenas ao encontro do pensamento competitivo que o capitalismo traz consigo como principal fundamento, mas principalmente afirma que uma sociedade mais igualitária precisa basear-se na solidariedade e não na competição. Defende uma sociedade onde as pessoas cooperem entre si ao invés de competir. Sobre estas contradições, França Filho (2002) argumenta:

A questão que se coloca é de um novo relacionamento entre a economia e a sociedade. A noção de Economia Solidária remete a uma perspectiva de regulação colocada como uma questão de escolha de um projeto político de sociedade. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13).

Ressalte-se que a economia solidária não significa caridade ou filantropia, mas sim uma concepção política onde a idéia é procurar recriar princípios cooperativos autogestionários para outra relação de trabalho mais justa. Ela pode restaurar condições de sociabilidade ameaçadas por situações de marginalização econômica, na medida em que resgata o senso de pertencimento a uma coletividade e fortalece os laços de respeito e confiança mútuos. Como nos explica Singer:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. (SINGER, 2002, p. 9)

A economia solidária nesta perspectiva constitui-se em outro modo de produção que se fundamenta na propriedade coletiva ou associada e no direito à liberdade individual. Aqui todos estariam unidos em uma única classe de trabalhadores que são possuidores do resultado da produção por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.

A reprodução deste modelo exige um Estado inserido de forma a fazer uma redistribuição solidária da renda. Significa dizer mesmo que toda a economia se organize de forma solidária, haverá a necessidade da intervenção do poder público com a função de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita para aqueles que ganham abaixo do considerado indispensável.

Buscando uma recuperação histórica da economia solidária, baseada principalmente nos escritos de Singer (2002), que tem popularizado as discussões sobre a economia solidária no Brasil, compreende-se os principais fundamentos desta economia, bem como sua origem histórica.

Segundo o supracitado autor esta economia surge na história da classe operária inglesa, como forma de reação ao capitalismo industrial que se difundiu pela atuação de máquinas e exploração fabril na Inglaterra do século XIX quando da explosão da revolução industrial. O advento das máquinas leva muitos operários ao empobrecimento, por conta da concorrência desigual perante sua produtividade, além da exploração sem limites dos trabalhadores nas fábricas.

A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar. (SINGER, 2002, p. 24)

Ressalte-se a importância de mencionar o trabalho desempenhado por Robert Owen, proprietário de um complexo têxtil em New Lanark, na Grã-Bretanha, cujo exemplo inspirou outros pensadores. No início do século XIX, ele limitou a jornada de trabalho, proibiu o emprego de crianças e construiu escolas, oferecendo um tratamento digno aos seus trabalhadores. Juntamente com os ganhos em produtividade ele conquistou também respeito e admiração de muitas pessoas.

A economia britânica encontrava-se em profunda depressão, devido às guerras provocadas pela revolução francesa, que acabou em 1815 após a vitória da Inglaterra. Para melhorar esta situação, Owen enviou ao governo uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego e restabelecer o crescimento da atividade econômica. Ele percebeu que a demanda gerada apenas em direção à indústria bélica fez com que a demanda por produtos de outros setores também se contraísse e era necessário reinserir os trabalhadores ociosos na produção para que eles pudessem ganhar e gastar no consumo, ampliando o mercado para outros produtores.

A proposta era a criação de Aldeias Cooperativas, cujos 1.200 moradores, trabalhando na terra e nas indústrias, produziram a sua própria subsistência, trocando os excedentes entre as aldeias e reativando o fluxo do trabalho e da produção. O raciocínio econômico de Owen estava voltado ao combate do desperdício que as crises capitalistas geravam devido à queda da demanda total e à ociosidade forçada de grande parte da força de trabalho.

Apesar da boa idéia de Owen, o governo britânico se negou a pôr em prática seu plano. Ele acaba perdendo a admiração da classe alta que acabou por perceber que o seu plano não era de simplesmente baratear o custo para os pobres e sim uma mudança completa do sistema social vigente com posterior abolição da empresa lucrativa capitalista.

Desiludido, Owen parte para os Estados Unidos após a recusa do governo em implementar suas propostas. Suas idéias seriam retomadas mais tarde de outra forma por seus seguidores. A idéia era a constituição de sociedades cooperativas, que coincide com a expansão dos sindicatos e de organizações laborais.

A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais. Depois disso, houve mais associações cooperativas e o Owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical de todas as categorias de trabalhadores.

A criação desse tipo de cooperativa, estreitamente ligada à luta de classes conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-lo no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituir por autogestão. (SINGER, 2002, p. 29)

Muitas sociedades organizativas foram fundadas a partir de greves ou através de grupos de sindicalistas. Algumas eram mantidas com a ajuda de sociedades beneficentes e até mesmo de alguns trabalhadores que se reuniam sem nenhum patrocínio formal iniciando a sociedade por conta própria.

Os seguidores de Owen desejavam fundar Aldeias Cooperativas, hoje chamadas de cooperativas integrais. Elas organizavam-se integradamente sua produção e consumo, os membros consumiam seus próprios produtos ou trocavam por meio de escambo os seus produtos por produtos de outras sociedades com o mesmo propósito. Eram então chamados de armazéns cooperativos, transformando-se em centros de troca da produção cooperativa, denominados *Exchange Bazaars* (bazares de troca) ou *Equitable Labour Exchanges* (Bolsas equitativas de trabalho).

As trocas nestas bolsas não eram apenas escambo, havia também uma moeda própria, as chamadas notas de trabalho, que eram medidas através das horas destinadas à confecção do produto realizadas por um operário padrão (aquele que ganhava 6 unidades de moeda por hora), sendo excluído o lucro na formação de seu preço. Cada produto era avaliado por um comitê formado por profissionais do ramo, o que correspondia a aceitar a avaliação do mercado de diferentes graus e espécies de trabalho.

Robert Owen, em seguida, retorna à Inglaterra depois de ter realizado empreendimentos solidários nos Estados Unidos, cria a Bolsa Nacional de Trabalho equitativo, com a finalidade de oferecer a seus cooperados um mercado onde pudessem trocar seus produtos. Para Owen, o comércio visando o lucro era parasitário, pois os distribuidores sobrecarregavam os produtores, porque cada distribuidor queria o seu lucro e na medida em que aumentava o número de distribuidores, a acumulação da riqueza tendia a diminuir e exigir mais do produtor.

O cooperativismo solidário se desenvolvia como um modo de produção alternativo ao capitalismo. Owen liderava a reação dos sindicalistas na luta pelo estabelecimento de uma legislação protetora do trabalhador, inclusive para a redução da jornada diária de trabalho para oito horas, através de greves e mobilização em massa.

A reação dos empregadores foi implacável, resolveram fazer um *lock-out* realizando demissões dos trabalhadores que faziam parte dos Sindicatos dos Trabalhadores. Foi uma batalha longa, onde os trabalhadores tiveram que se afastar dos sindicatos para conseguirem seus empregos de volta. Além disso, os sindicatos sofreram diversas penalidades legais, para que fossem fechados.

Em sua origem a economia solidária, surge como um cooperativismo revolucionário que acabou sendo derrotado pelo sistema capitalista em vigência. A luta dos sindicalistas e a proposta de Owen e seus seguidores serviu para mostrar a ligação da crítica operária do capitalismo com a economia solidária. O cooperativismo recebeu de Robert Owen na Inglaterra, Charles Fourier na França inspirações para que os praticantes da economia solidária fossem abrindo seus caminhos para uma gestão mais democrática do processo sócio produtivo.

O modelo de autogestão já vem sendo inserido e discutido em diversos países e também em todo Brasil, o que tem favorecido a circulação e articulação das experiências. São diversas as alternativas que fazem com que os trabalhadores busquem satisfazer suas necessidades de geração de postos de trabalho e renda sem o comando de patrões ou chefes.

Por esta razão encontramos milhares de pessoas organizadas coletivamente na gestão da produção econômica e lutando por emancipação. Suas principais formas de expressão encontram-se nas ações de organizações não-governamentais voltadas a projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção, consumo e comercialização, diversas instituições financeiras voltadas ao fomento de empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, entre outras.

3. A economia popular e solidária e os elementos fundamentais para o cotidiano dos empreendimentos

A economia popular e solidária tem procurado integrar solidariamente os cidadãos, colocando como valores principais o trabalho, o conhecimento e o atendimento às necessidades sociais da população. A sustentabilidade, a justiça social, o comércio justo dos bens e serviços e a criação de novas formas de contrato e do financiamento junto ao setor público podem viabilizar as iniciativas de economia solidárias em todo país a partir de uma forma alternativa de organização mercadológica do trabalho.

Quando se pensa um sistema solidário de produção, pensa-se nos benefícios divididos equitativamente, redistribuindo a renda que antes ficava na maior parte com o empresário capitalista. Dessa maneira, pode-se regular com maior justiça os fluxos financeiros formando um sistema mais justo e igualitário.

Essa economia, segundo levantamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, através do Sistema de Informações sobre Economia Solidária-SIES, compreende em sua estrutura, especialmente, cooperativas 10%, associações 52%, bem como grupos populares solidários 36%, além de outras tipologias “hierarquizadas” ou não que somam 2%. Além dessas informações foram identificados 21.859 (vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e nove) empreendimentos econômicos solidários em diversos municípios tendo por base o ano de 2007. Esses números tendem a aumentar considerando que aproximadamente 41% dos municípios brasileiros já praticam de alguma forma a economia popular solidária, mesmo sem se dar conta.

No que diz respeito à prática da economia popular e solidária a região Nordeste segue liderando, com 44% dos empreendimentos solidários, em seguida tem-se a região Sudeste, com 18%, a região Sul, com 16%, a região Norte, com 12% e a região Centro-Oeste, com 10%. Estes números mostram que esse movimento não é algo desprezível economicamente,

tão pouco é um movimento criado pelo próprio modo de produção capitalista, como assinalam alguns estudiosos da macroeconomia tradicional.

A cooperativa autogestionária, em decorrência de já dispor de uma forma jurídica própria e de ação econômica associada, caracteriza-se como possível alternativa de organização social, predominante quanto à forma mais dinâmica de funcionamento para o desenvolver de uma economia dessa natureza, abrigando princípios basilares para um processo educativo e de formação política e socioeconômica, como cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade, entretanto, este é um processo dinâmico em que constantemente agrupam-se pessoas informalmente na perspectiva do trabalho coletivo.

Nesse contexto, para se fomentar um processo de sustentabilidade dos trabalhadores, faz-se necessária a articulação da educação popular nos princípios a seguir, pois são bases para políticas públicas da SENAES, conforme descritos:

a. **Cooperação:** neste princípio está presente a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos produtivos subalternizados (mulheres, índios, negros, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto de atividades individuais e familiaresⁱⁱ que podem ser financiadas por políticas públicas específicas para o engajamento na economia popular e solidária.

b. **Solidariedade:** o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões, a saber, na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e; no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; no predomínio do valor-trabalho sobre o valor-utilidade, diferenciando-se, assim, da simples economia popular ou informalⁱⁱⁱ.

c. **Dimensão econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais ou de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito,

comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, políticos, ambientais e sociais. Esses elementos são estimulantes para as relações sociais e produtivas, mas, não se norteiam pela racionalidade econômica tradicional, especialmente, neoclássica. Neste sentido, deve-se compreender a produção por inteira, de forma integrada a outros processos sociais, além da quebra da intermediação ou atravessador no processo de comercialização, através da formação de redes de comercialização.

d. Autogestão: os/as integrantes das iniciativas de economia popular e solidária exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, além das relações desinteressadas. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo político dos sujeitos ou a ação da coletividade, além do fomento ao trabalho horizontalizado e de compreensão integral.

4. Empresa capitalista versus solidária: a repartição dos ganhos

Na empresa capitalista, os salários são determinados basicamente pela lei da oferta e da procura e se constitui em uma mercadoria como outra qualquer. Dessa relação surge um escalonamento de salários que acaba por prevalecer na maioria das empresas (com certas variações). As diferenças de pagamento são objeto de negociações entre sindicatos de empregados e empregadores e formam planos de classificação de cargos, em que cada nível é determinado por critérios objetivos, entretanto, na empresa autogestionária, a forma de repartição dos ganhos é bastante diferenciada, pois não são empregados recebendo salários e sim os associados que fazem retiradas. Eles decidem em assembléias se estas retiradas devem ser uniformes ou não.

É certo que nem todos dentro da empresa realizam atividades idênticas, então, grande parte das empresas solidárias adotam certa desigualdade na repartição dos ganhos. Nas empresas recuperadas, de maneira geral, a proporcionalidade da diferença é de um para cinco. Isso por que a maioria acha natural que certos trabalhos valham mais do que outros, aceitando a forma da hierarquia profissional a que foram acostumados.

Profissionais mais qualificados que trabalhem em empreendimentos solidários são de suma importância para que a empresa siga adiante de forma competitiva no mercado^{iv}. Esta é uma questão pendente e difícil de ser equacionada em meio à cultura produtiva atual.

Entretanto, mais uma vez prevalece o pensamento coletivo, neste caso, é mais viável pagar melhor a profissionais técnicos e administradores que permitam a cooperativa alcançar ganhos maiores beneficiando toda a cooperativa, inclusive àqueles que têm as menores retiradas. Esta tem sido uma decisão comum nas empresas recuperadas ante a realidade.

Nesse sentido, alguma desigualdade, inicialmente é tolerável porque se não for dessa maneira, estes profissionais poderão migrar para empresas capitalistas e ganharem mais do que nas cooperativas, além do que a conscientização para o trabalho coletivo e autogestionário, dar-se em um processo de fazer e refazer constante das relações de trabalho.

A grande diferença entre a empresa capitalista e a solidária é que na primeira, os salários são definidos de forma que o lucro seja maximizado e acumulado por parte do capitalista e, na segunda, essa repartição é discutida não de forma a maximizar o lucro e sim a assegurar boas retiradas para todos.

A prática dentro da cooperativa, de maneira geral, discute as sobras em assembléias, parte é aplicada em fundos de investimentos divisíveis e indivisíveis, outra parte é colocada num fundo de assistência técnica, educacional e social e o que restar é dividido em dinheiro entre os sócios pelo critério que for decidido pela maioria.

O fundo indivisível pertence à cooperativa como um todo e quem resolve sair da cooperativa não faz nenhuma retirada desse fundo. É uma alternativa para que a cooperativa não fique descapitalizada se parte dos sócios resolve ir embora. Serve para demonstrar que a empresa solidária não está a serviço apenas dos seus sócios, ela precisa manter-se a serviço da sociedade no presente e também no futuro.

Da experiência do cooperativismo de consumo dos pioneiros equitativos de Rochdale, um importante centro têxtil do norte da Inglaterra, foram extraídos princípios que seria basilares e universais para o cooperativismo. Relata-nos Singer:

- 1º) Que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa;
- 2º) O número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso, este princípio é conhecido como o “da porta aberta”;
- 3º) Sobre o Capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa;
- 4º) As sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa;
- 5º) As vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista;
- 6º) Os produtos vendidos pelas cooperativas seriam sempre puros (isto é, não adulterados)
- 7º) A cooperativa se empenharia na educação cooperativa;

8º) A cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas.
(SINGER, 2002, p. 39-40)

Dessa maneira entende-se o nível democrático das cooperativas, quantidade de membros, taxa de remuneração, divisão de dividendos, tipo de venda (a vista), autenticidade dos produtos, nível de educação e neutralidade em relação às questões religiosas. Segundo Singer (2002), esses seriam os princípios internacionais de cooperativismo. Ressalte-se que esta é uma situação desejada e razoável para qualquer empreendimento dessa natureza em qualquer parte do mundo, entretanto, existem falsas cooperativas que se utilizam dos benefícios fiscais para se manter abertas, fugindo do sentido que referimos. Isso acontece principalmente pela falta de fiscalização e de legislação específica que proteja as verdadeiras empresas solidárias, de certa forma, debatida para o marco legal da economia solidária no Brasil.

5. Empresas recuperadas

Entende-se por empresa recuperada aquela que, encontrando-se em estado de insolvência, os funcionários passam a ser donos dos meios de produção, formando uma cooperativa autogestionária que permite a divisão das sobras, dependendo das responsabilidades atribuídas a cada função.

Desde o século XIX, a idéia de autogestão é debatida focando a organização e as relações de trabalho. Quando se fala em economia solidária, as reivindicações por democracia e a participação nos processos produtivos e educativos são analisadas com bastante ênfase. Dessa maneira, os trabalhadores estabelecem uma relação de cooperação e contribuem conscientemente para as relações de trabalho. É relevante ressaltar que o trabalhador é tido como de fundamental importância, tomando o papel central do processo de organização da produção.

No Brasil, a autogestão vem ganhando espaço desde os últimos vinte anos; os movimentos sociais começam a desenvolver algumas propostas voltadas à organização coletiva para que haja um combate efetivo à pobreza. Esses movimentos, que antes tinham um cunho somente rural, passam também a atuar em defesa dos trabalhadores urbanos.

Em meados da década de 1990, observa-se um aumento no contingente que compõe o exército industrial de reservas no Brasil, devido aos efeitos da globalização. Diferentemente da classe de trabalhadores que ainda não era organizada, mas excluída do sistema de autogestão, temos uma população também excluída, mas que, dessa vez, vem se organizar e se instruir para serem reabsorvida pelo processo produtivo em um modelo de autogestão. Nas

regiões industrializadas, principalmente, observamos um aumento assustador do desemprego. De acordo com dados do IBGE, a indústria de transformação brasileira vem caindo vertiginosamente sua empregabilidade. Tem-se também como agravante a abertura comercial, que cada vez mais cresce e, por conseguinte, diminuem os salários.

Percebe-se, ainda, que nos lugares onde havia uma maior concentração de indústrias, e por conseguinte, maior número de empresas em estado de falência, uma migração por parte de algumas dessas empresas, fugindo de fiscalização trabalhista mais rigorosa e diminuição dos custos, para lugares onde existem uma mão-de-obra mais barata e custos operacionais reduzidos.

As falências podem aparecer por diferentes motivos, os principais são a falta de inovação tecnológica ou má gestão. Quando se fala em falência por defasagem tecnológica é importante entender que as mesmas apenas podem se recuperar mediante inovação tecnológica.

Segundo a Associação de Trabalhadores em Autogestão (ANTEAG, 2010), a primeira experiência de recuperação em empresas se deu em 1991, em Franca, tradicional pólo produtor de calçados do interior de São Paulo, devido a uma reação dos trabalhadores ao fechamento da fábrica e conseqüente falência da mesma. Os trabalhadores com menor perspectiva de recolocação profissional se uniram em um movimento autogestionário com o auxílio do sindicato da categoria, utilizando-se para tal feito os ativos da massa falida, mantendo 450 empregos.

O apoio do movimento sindical é de extrema importância bem como os de órgãos como a UNISOL e ANTEAG. Com a assessoria desses órgãos e dos sindicatos os trabalhadores podem garantir seus direitos para que depois possam se recuperar no mercado através da recomposição dos seus empregos.

Especificar e dimensionar empresas recuperadas no Brasil é uma tarefa bastante complexa haja vista que as mesmas não contam com arcabouço jurídico específico e assim são, quase sempre, consideradas cooperativas ou associações tradicionais que as tornam empresas recuperadas, assim podemos classificar as empresas em recuperadas ou não, de acordo com a estrutura organizacional de cada empresa.

Outro fator que torna difícil a inserção de empresas recuperadas no mercado é que essa transformação de empresa tradicional para recuperada apenas se dá em momentos de crise e fragilidade; as circunstâncias e os atores que contribuíram para consolidar a experiência

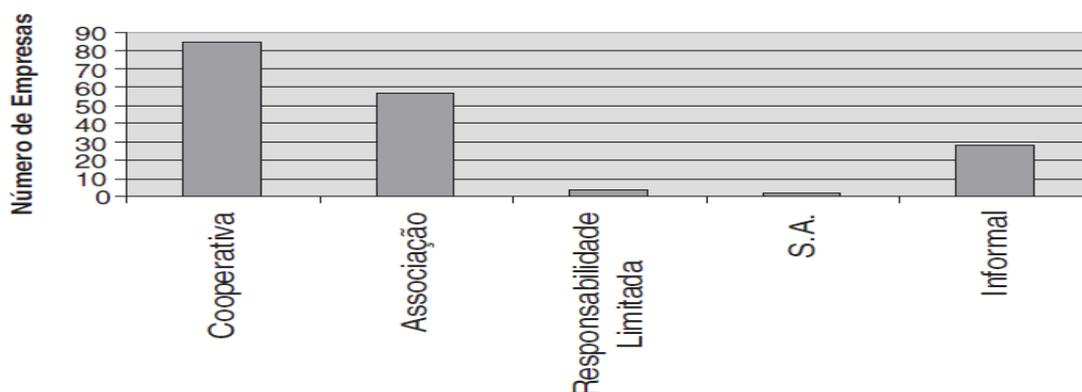
costumam ser os determinantes do grupo ao qual pertencerão os empreendimentos recuperados.

Quando as empresas recuperadas se alinham com a economia solidária, elas se alinham aos empreendimentos de menor porte, compostos por trabalhadores pertencentes ao segmento informal, comprometidos com as práticas solidárias de produção e comercialização que não apóiam a produção em escala.

Existem alguns problemas que impedem que essas empresas recuperadas tenham uma maior visualização, como a pouca comunicação e articulação entre elas. Essas empresas já vêm de um processo de falência e uma estrutura administrativa deteriorada pela crise que levou seus antecessores ao fechamento, as empresas recuperadas não conseguem obter informações sobre economia e finanças, ou seja, não têm um bom banco de dados em relação ao negócio.

A seguir os gráficos 1 e 2 mostram a distribuição quantitativa das formas jurídicas assumidas pelas empresas recuperadas e sua distribuição regionalizada apresentando um panorama de onde se encontram localizadas estas organizações produtivas no Brasil.

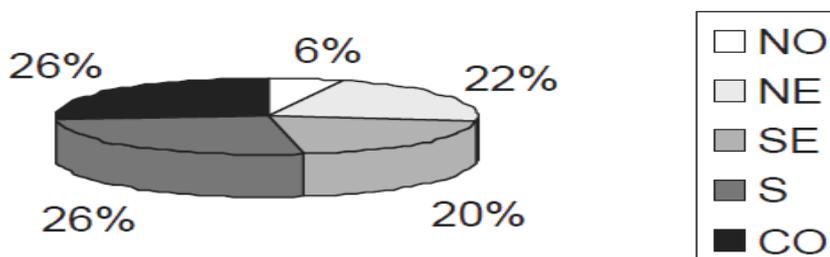
GRÁFICO 1 – Razão Social das Empresas Recuperadas



Fonte: Schiochet (2006)

Em 2005, a SENAES realizou um levantamento em empreendimentos de economia solidária em todo o país. De acordo com Schiochet, foram catalogadas 174 (cento e setenta e quatro) empresas recuperadas, com 11.348 (onze mil, trezentos e quarenta e oito) trabalhadores ocupados sendo que a maior parte dessas empresas se localiza no centro sul do país (72%) e na sua maioria elas se localizam nas áreas urbanas (cerca de 54%). Observa-se que, das empresas recuperadas, 50% se encontra na forma de cooperativas e 32% na forma de associações. No gráfico 2, temos a distribuição percentual por região.

GRÁFICO 2 – Distribuição Regional das Empresas Recuperadas – 2006



Fonte: Schiochet (2006)

No gráfico 2 são apresentados alguns dados referentes à distribuição dessas empresas recuperadas no país. As regiões Sul e Centro-Oeste concentram o maior número de empresas recuperadas do país, com 46 empreendimentos cada uma, mas é importante ressaltar que temos muitas dessas empresas localizadas na área rural, oriundas de empresas agroindustriais e, portanto, têm muitas semelhanças com cooperativas rurais.

Já na região Sul, temos uma grande concentração de empresas recuperadas no setor industrial, devido à crise da década de 90. É pertinente lembrar que essas empresas receberam incentivos do governo, com a implementação de um programa de que fomentou a recuperação de empresas através da autogestão além da assessoria e acompanhamento dos sindicatos.

Cresce de forma significativa no país a quantidade de empresas de autogestão ainda que de forma desigual nas várias regiões. Para que essas empresas possam ter viabilidade, a ANTEAG aprofundou seu processo de acompanhamento e monitoramento dos empreendimentos, embora cerca de 65% desses empreendimentos sejam da região sul. De acordo com levantamento do SIES, 62 das 174 empresas já recuperadas identificadas surgem na década de 90, ou seja, 36% do total. Já entre 2000-2005 tivemos um surgimento de 50 empresas falidas e recuperadas por trabalhadores. Esse aumento tem como um de seus principais agravantes as suas experiências de relativo sucesso que levou esses empreendimentos a auferir uma maior credibilidade.

Com efeito, de maneira geral, tem se observado dois tipos de comportamento entre as empresas recuperadas, no primeiro, observa-se que a empresa se comporta apenas como propriedade dos trabalhadores; já no segundo podemos encontrar práticas de gestões orientadas pela participação e o controle decisório dos trabalhadores. Nesse contexto a abordagem predominante sobre a empresa recuperada enquanto empreendimento de economia solidária visa obter um novo modo organizacional muito mais democrático, educativo, politizante, além de produz uma inovação organizacional.

6. A empresa recuperada cooperplásticos: um caso em análise

A Cooperativa de Reciclagem Plástica da Bahia – Coorpeplástico Bahia é uma empresa recuperada, situada em Simões Filho no Centro Industrial de Aratu (CIA). Segundo dados do IBGE, este Município possui uma população de aproximadamente 110.000 pessoas. Está localizado na Região Metropolitana de Salvador e já se encontra conurbado com a capital baiana. O lugar era originalmente parte da área do Recôncavo onde desde o século XVII se instalaram os engenhos produtores da cana-de-açúcar.

O município foi criado com a emancipação de Salvador do distrito de Água Comprida, com sua denominação atual sendo dada em 7 de novembro de 1961, pela lei 1538. Seu nome homenageia o jornalista e político Ernesto Simões Filho, fundador do jornal A Tarde, ainda hoje existente.

A emancipação foi fruto de pleito da comunidade, em que teve destaque as atuações dos emancipadores: Walter José Tolentino Álvares, Altamirando Ramos, Noemia Meireles Ramos, Prof^a Maria Chaves, Padre Luiz Palmeira. Desde 1973, em que foi integrado à Região Metropolitana de Salvador, por lei federal, Simões Filho recebeu a instalação de diversas indústrias, sendo registrados mais de mil empreendimentos. A sua história denota uma trajetória de reivindicações e organizações de movimentos pelos seus habitantes, de forma que organizar-se na fábrica em busca de uma solução viável aos trabalhadores na busca da recuperação dos seus postos de trabalhos em empresa recuperada não é algo estranho ao município.

A empresa recuperada Cooperplástico da Bahia, nasceu de um processo de insolvência da empresa antes denominada Plásticos Norbi. Segundo a entrevistada, o que culminou no processo de transformação dessa empresa foi uma situação financeira de dificuldades por um período longo. Para ela na Cooperplástico Bahia, as dívidas com bancos, credores, empresas de *factoring* e fornecedores passavam dos 20 milhões de reais.

Em entrevista semi-estuturada realizada com a diretoria da empresa recuperada, os trabalhadores ainda não sabiam da situação da empresa, quando por motivo de falta de pagamento a energia da fábrica foi cortada, agravada pelas dificuldades junto aos fornecedores, falta de uma estrutura estável e de pagamento de salários, a fábrica a partir desse dia já não abriria mais as suas portas.

A empresa tinha funcionários com quase trinta anos de trabalho que não tinham perspectivas de conseguir um novo emprego, sobretudo devido à idade avançada para o

mercado, cujas dificuldades de encontrar uma ocupação em um mercado tão concorrido e com tantos jovens são notórias, portanto desalentadoras.

Com o apoio do Sindicato dos Químicos e Petroleiros e da UNISOL, os funcionários se uniram e tomaram a fábrica com a finalidade de proteger as máquinas (bens de produção) dos credores da empresa, que já tinham começado o processo de apoderação dos bens da empresa, o jornal do sindicato denominado Boletim na Base, já anunciava o problema. A primeira assembléia ocorreu na antiga fábrica, onde foi eleita a presidente Maria Helena Dias Salomão.

Neste contexto e com a contribuição do sindicato, os trabalhadores entraram em acordo com a Delegacia Regional do Trabalho - DRT, no intuito de se apoderar dos meios de produção e formar sua cooperativa autogestionária. Para que a cooperativa se tornasse realidade diversos apoios foram necessários, entre eles o apoio da CEDITER (Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra), da CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços) e da Petrobrás, que colaborou com o transporte dos equipamentos e com a doação de material plástico reciclável para a cooperativa.

Com o apoio desses órgãos e de posse dos meios de produção, (máquinas e equipamentos), a Cooperplástico da Bahia alugou um galpão e começou a produzir. A empresa recuperada conta com 28 cooperados, sendo que todas as decisões da mesma são submetidas à reunião entre todos os participantes que sempre observam os princípios colocados por Singer (2002), anteriormente mencionados.

A remuneração foi sempre uma questão polêmica tendo em vista a sua diminuição para alguns colaboradores, entretanto, a depender dos cargos e das responsabilidades, esse salário em alguns casos até aumentou. Na cooperativa em questão, após algumas reuniões, chegou-se a quatro faixas salariais variando de R\$ 600,00(seiscentos reais) a R\$ 800,00(oitocentos reais).

A empresa funciona 20 horas por dia, só deixando de produzir das 18 às 22h, devido ao plano que a COELBA(Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia) proporcionou, após negociação, para uma maior economia de energia. Para fabricar seu produto final, que é a matéria-prima para fábricas de baldes, pára-choques de carros e caixa de CD's, é utilizado o polipropileno, o polietileno e material oriundo de resíduo reciclável seguindo a mesma trajetória e até avançado em alguns casos como no campo dos recicláveis.

Um ano depois de sua consolidação como empresa recuperada e após promessas do Governo do Estado da Bahia através do programa indústria cidadã de apoio, a cooperativa

está negociando um terreno e um galpão, que terá carência de 10 anos para se iniciar o processo de pagamento. Com esse apoio os cooperados poderão sair do aluguel, começar a pensar em tomar financiamento em bancos e tentar negociar um prazo maior com seus fornecedores, para que possam crescer como qualquer empresa bem administrada.

Segundo a presidente da empresa, a maior dificuldade da cooperativa é a falta de investimento em maquinário, pois existe demanda que eles ainda não têm como suprir devido à limitação de maquinários e equipamentos. Para ela a Cooperplástico Bahia é a primeira e única empresa recuperada da Bahia, pois outra empresa que a antecedeu não conseguiu seqüenciar suas atividades, embora não tenha entrado em estado de falência. É importante ressaltar que esse processo de autogestão ficou muito fortalecido, principalmente depois da assinatura da lei do cooperativismo pelo atual governador Jaques Wagner. Essa medida deu um alento e criou expectativas positivas nos trabalhadores.

Com efeito, existe um projeto na cooperativa que visa treinar e capacitar os familiares dos cooperados para que possam estudar alimentar-se e aprender uma profissão dentro e a partir da cooperativa. Argumenta a entrevistado “é de extrema importância o desenvolvimento desse empreendimento recuperado, pois dessa maneira, podem-se ajudar também outras famílias que dependem da reciclagem bem como a sustentabilidade do ecossistema”.

6.1 Dificuldades e possibilidades

A falta de uma logística mais eficiente faz com que a referida empresa recuperada tenha um custo de transporte elevado e ainda não consiga ter a dinâmica necessária nas suas entregas. Com investimentos, segundo a entrevistada, pode-se comprar o seu próprio caminhão e fazer suas entregas, diminuindo ou acabando com as dificuldades acarretadas pela deficiência nos transportes.

O número reduzido de cooperados, implica em dificuldades financeiras para custear a contratação de mão-de-obra, havendo, portanto, uma sobrecarga de trabalho enorme sobre as pessoas que têm uma maior responsabilidade/atribuição na empresa.

A falta de investimento é colocada como o principal problema das cooperativas, pois como qualquer empresa, precisa de dinheiro para fazer adequações que vão aumentar a produção e conseqüentemente as receitas do empreendimento, haja vista um mercado muito bom e que não falta comprador para os nossos produtos, argumenta a entrevistada. Segundo ela não se pode perder a oportunidade que o seguimento oferece, inclusive, segundo suas observações para um longo prazo.

A Cooperplástico ainda não tem sede própria, o que está dificultando ainda mais o processo de tomada de empréstimos para investimento na empresa, pois tanto os bancos quanto os fornecedores trabalham ainda com prazos reduzidos, tendo em vista a incerteza sobre o domicílio comercial.

Para a entrevistada são necessários equipamentos mais modernos, que dependem de investimentos, entretanto, a empresa recuperada, mesmo com todas as dificuldades, conseguiu comprar uma máquina nova com recursos próprios, não obstante o fato de não ter ainda uma sede própria, elevando as despesas fixas e dessa forma, retirando potencial de investir na empresa, diminuindo as retiradas.

A entrevistada observa a dificuldade para o não-cumprimento da obrigatoriedade do uso dos EPI's (Equipamento de Proteção Individual) pelos cooperados. Segundo a presidente da cooperativa, apesar de todos terem a posse dos equipamentos de proteção fornecidos pela cooperativa, fica difícil cobrar o uso desse material, haja vista que os mesmos também são donos do negócio, entretanto, acredita num processo educativo para resolver esta pendência.

7. Considerações finais

A construção de um modelo de autogestão dentro das empresas é uma estratégia de luta contra o desemprego e também um processo educativo para uma nova forma de produção. Ela se baseia na mudança das relações de produção que passam da condução do capitalista para as mãos dos trabalhadores. Infere-se neste estudo esta percepção, embora seja colocada como processo de conscientização coletiva de difícil conquista, não obstante os cooperados demonstrem entusiasmo para alcançá-lo.

Nesse estudo a partir da perspectiva dos empreendimentos solidários, no que tange às empresas recuperadas, foi observada a viabilidade desse modelo, tomando como referência a Cooperplástico Bahia que até então tem se mostrado totalmente viável, considerando a importância de investimentos para a sequência das ações.

Com efeito, através deste estudo, ficou comprovado que a Cooperplástico Bahia é a única empresa recuperada do estado da Bahia – as outras cooperativas existentes não são consideradas empresas recuperadas – o que reflete a falta de conhecimento dos colaboradores em relação à autogestão, especialmente, enquanto experiência para contato ou troca de saberes. Dessa maneira, o apoio de entidades como a União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol), contribui para que o caminho da autogestão seja possível, a despeito da ausência de políticas públicas para o seguimento,

preocupação do empreendimento estudado, pois o apoio por si só não garante o envolvimento do Estado.

Um aspecto latente foi o aprendizado acerca das experiências dos cooperados da Cooperplástico, bem como sobre o estranhamento a respeito do modelo de autogestão propriamente dito, mencionado nas palavras da entrevistada, haja vista que no estado da Bahia, a empresa estudada é a única recuperada que se utiliza do modelo autogestionário.

Quanto à viabilidade do negócio, especialmente no que se refere à competência dos cooperados para geri-lo, no empreendimento estudado foi constatado que mesmo com poucos investimentos, eles conseguem pagar suas contas e ainda obtém alguma sobra para investir. Outro destaque a mencionar é o fato de que trabalhadores com idade mais avançada e sem perspectivas acabaram se reinserindo na atividade produtiva e aumentando seus desempenhos no trabalho.

A experiência daqueles trabalhadores é de extrema importância para que consigam os resultados esperados, as expectativas são animadoras, entretanto, antes na empresas puramente capitalistas, a instabilidade rondava seus empregos e o fantasma do desemprego os deixavam muito mais preocupados, apesar do novo desafio a que estão submetidos. Para eles, a ênfase em reduzir custos, principalmente com trabalho e, a substituição do trabalhador mais velho por um mais jovem, forte e barato, os ameaçava e desvalorizava suas experiências.

Com efeito, apesar da impossibilidade de conclusão completa sobre a aposta na autogestão como uma forma possível e viável de condução de um negócio, infere-se que existe uma expectativa de segurança quanto ao domínio deste negócio pelos trabalhadores da Cooperplástico, na medida em que a submissão a um dono ou chefe se destaca como o fator mais ameaçador do emprego. Segundo eles, se alguma coisa não funcionar bem na nova empresa não será por esperteza ou intuito dos trabalhadores em ludibriar um ao outro, pois todos são donos de forma igual, mas por ineficácia ou ineficiência perante o novo modelo de gestão.

8. Referências Bibliográficas

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário. Disponível em <<http://www.ads.org.br>>. Acesso em jan. 2008.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do pensamento econômico**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1998.

CANSADO, Airton Cardoso; QUEIROZ, Ioná; GONÇALVES, Ana Claudia. **Economia solidária, autogestão e inclusão social**. Instituto de Economia Solidária, 2008.

FRANÇA Filho, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária** – Uma Abordagem Internacional. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio – **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista**. Leituras Cotidianas n. 127, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.geocities.com>>. Acesso em: nov. 2007.

GIL, Antonio Carlos, **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Atlas, 1990.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: mar. 2008.

JUVENAL, Thais Linhares. **Empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão**: reflexões à luz do caso brasileiro. Revista BNDES, 2006.

KRAYCHETTE, Gabriel. **Economia dos Setores Populares**: Entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Economia Popular Solidária**: Paisagens e miragens. Disponível em: <<http://www.capina.org.br>>.

LISBOA, Armando de Melo. **Os desafios da Economia Popular e Solidária**. Disponível em: WWW.ecosol.org.br. Acesso em jul. 2008.

BRASIL, MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em <<http://www.mte.org.br>>. Acesso em: fev. 2008.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2002.

_____. **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário**. Estudos Avançados. São Paulo, n. 51, vol. 18, 2004. Disponível em: <<http://www.geocities.com>>. Acesso em dez. 2007.

_____. **Globalização e desemprego diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko. **Uma Outra Economia é possível**: Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

Notas:

ⁱ A contemporaneidade aqui é considerada como um processo histórico da evolução humana contínua e que não cessa de si inscrever e tem como marco institucional e temporal, relativamente, o Estado burguês.

ⁱⁱ As atividades individuais e familiares a que nos referimos são compreendidas como formas organizativas de produção para satisfação das necessidades próprias de uma economia dos setores populares que não fazem do trabalho necessariamente uma mercadoria, conforme Kraychete (2005).

ⁱⁱⁱ A economia informal, cujas diretrizes assume certo caráter popular sua definição está mais relacionada à questão da legalidade, especialmente, fiscal; a popular pura e simples, apesar de nem sempre está imbuída da racionalidade neoclássica abarca motivações para o trabalho individualizado; em grande medida, informal, embora seja de fácil integração ao movimento popular solidário.

^{iv} Empreendimentos Solidários possuem fundamentos diferentes da empresa capitalista, porém ela precisa ser uma empresa competitiva no mercado para que possa se manter-se viva dentro do sistema capitalista.